

Invenções e resistências na mista sociedade disciplinar e sociedade de controle

O caso do Festival da Cultura Paulista Tradicional

*Inventions and resistance in mixed disciplinary society and control society
The case of the Paulista Traditional Culture Festival*

Rafaela Sales Goulart*

Resumo: Com base no livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), de Marilena Chauí, e nos conceitos *sociedades disciplinares* e *sociedades de controle*, estudados pelos filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze, o texto refletirá sobre a construção e a possível consolidação de memórias que constituem identidades. Desta forma, a hipótese da invenção de símbolos e de identidades culturais e, sobretudo, o seu caráter controlador, independe de espaços de disciplinarização. Assim, as próprias celebrações, como é o caso do Festival da Cultura Paulista Tradicional – realizado no Estado de São Paulo, podem se tornar ao mesmo tempo, palco de controle e resistência social.

Palavras-Chave: Sociedade disciplinar e Sociedade de Controle; Invenção e Resistência; Festival da Cultura Paulista Tradicional.

Abstract: Based on the book *Brazil: founding myth and authoritarian society* (2000), Marilena Chauí, concepts and *disciplinary societies* and *societies of control*, studied by philosophers Michel Foucault and Gilles Deleuze, the text reflects on the construction and the possible consolidation of memories forming identities. Thus, the hypothesis of inventing symbols and cultural identities, and especially its controlling character, independent of spaces of discipline. Thus, their own celebrations, such as the Paulista Traditional Culture Festival - held in São Paulo, can become at the same time, the stage of social control and resistance.

Keywords: Disciplinary society and Control Society; Invention and Resistance; Festival of Traditional Culture Paulista.

Brasil: mito fundador e sociedade autoritária¹ – Uma lupa para o debate

Entre suas produções, Marilena de Souza Chauí trabalha com temas voltados à história da filosofia, o que faz com que seus textos apresentem uma riqueza conceitual e teórica que fornecem compreensões, sobretudo, em termos de construções históricas e culturais. Neste sentido, o livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, que fora publicado em 2000, apresenta reflexões sobre a comemoração dos 500 anos de Brasil e, através de explicações conceituais de signos historicamente inventados para caracterizar a

* Mestranda em História pela FCL Unesp/Assis. Bolsista FAPESP. E-mail: rafa_historia@hotmail.com.

identidade nacional, a autora acaba por criticá-los e desconstruí-los, de modo a questionar se há razões efetivas para se comemorar. A leitura, portanto, proporciona questionamentos sobre a complexa sociedade brasileira, verticalizada e naturalizada com sinais e mecanismos autoritários.

Chauí aponta que os traços marcantes desta sociedade autoritária já são construídos na colonização do país que, com princípios liberais, acaba por cristalizar-se em uma violência social. Ou seja, a sociedade que na verdade é dividida em classes, mantém suas relações através do “mando” e da “obediência”, funcionando com mecanismos legislativos que acabam por dar proteção a uns e repressão a outros. Como a própria autora diz, emprestando o termo de Raymundo Faoro², há “donos do poder” que sobrevivem reinventando-se mediante semióforos próprios de um nacionalismo que torna o Brasil, uma nação homogênea por natureza. Até os conflitos que marcam a história do país são transformados em sinônimos de desordem, pois são produzidas por rebeldes opositores da paz e do progresso do Estado. Assim, fica fácil explicar os porquês de repressões policiais e militares.

De fato, a produção de uma sociedade homogênea que, em sua história, esteve ligada a uma cultura senhorial imersa a relações de poder, acaba por inventar e glorificar alguns semióforos para conquistar o imaginário social. O termo “semióforo” é utilizado e explicado pela filósofa como um símbolo que a princípio não tem utilidade; ou melhor, que é retirado de seu circuito de utilidade para fazer sentido comum em outro contexto. Pode ser espaço, coisa ou objeto que proporcionam ligação entre o visível/vital e o invisível, o que o sacraliza com prestígio e poder.

O próprio “mito fundador”, exposto no título do livro em pauta, é explicado pelo fato destes “donos do poder” se alicerçarem em ideologias de longa data. O mito, tanto em sentido etimológico quanto antropológico, é uma narração que dá solução imaginária a elementos da realidade. Desta forma, há uma romantização ou uma dramatização da origem do espaço e da população que compreende o que foi nomeado como Brasil, sacralizando sua história. De acordo com Chauí (2000, p. 58), o Brasil foi instituído por Portugal e inventado como terra abençoada que acolhe um povo ordeiro e pacífico. Este Brasil que fora “achado” em contexto de colonização europeia, funcionando economicamente como espaço para o capitalismo mercantil e, simbolicamente, como paraíso fabuloso, comparando-se às histórias bíblicas.

Uma verdadeira “visão do paraíso³” que se solidifica com símbolos nacionais, como o hino e a bandeira, os quais apresentam características da natureza. Estes são considerados como semióforos pelo fato desta construção patriótica desfocar suas relações com as políticas de poder, logo que há um mergulho no paradisíaco que, com sua natural harmonia, agrega e

justifica qualquer tipo de injustiça tal qual à escravidão ou a inferioridade histórica de algumas populações como as nativas do espaço Brasil, ou mesmo, dos africanos que foram trazidos para tal. Este tipo de caracterização vai sendo reinventada de acordo com as necessidades do contexto histórico.

Com o passar dos tempos, com as hierarquizações religiosas, políticas e de riqueza, nascem disputas e, delas, surgem o Patrimônio Histórico Artístico e o Patrimônio Histórico-Geográfico da Nação, mecanismos que garantem o controle do poder político do Estado, sobre aquilo que é considerado público. A própria “Nação” é inventada como um semióforo que abarca e integra uma sociedade única. Marilena Chauí aponta que o termo nação era utilizado para nomear estrangeiros; ou seja, diferentemente de povo, que era um conceito jurídico-político, nação era ligada a um conceito biológico⁴.

Chauí utiliza-se de uma divisão tal qual feita pelo historiador Eric Hobsbawm⁵, onde de 1830 à 1880, havia um princípio da nacionalidade ligado à nação e ao território, já de 1880 à 1918, vingava a ideia nacional, vinculado à língua, religião e raça e, de 1918 à 1950/60, as discussões estão no palco da questão nacional, o que leva à uma consciência nacional.

Como exemplo de ideologias que tentam historicamente caracterizar o nacional, tem-se o exemplo da comemoração ao IV Centenário da Descoberta do Brasil, Afonso Celso (o visconde de Ouro Preto) publica um livro intitulado de *Porque me ufano de meu país*, tal qual o título, sua narrativa segue o fio condutor da romantização do Brasil. O próprio 1900 é representativo como um marco retilíneo que proporciona a sacralização da história da invenção Brasil, com seu tempo linear. Como a própria Chauí menciona: “[...] não faz senão repetir-se, o tempo linear dos entes da Natureza introduz a noção de história como memória.” (2000, p. 72). Um tempo messiânico que, ousadamente falando, só ganha salvação quem obedece e, a partir disto, quem governa é quase que designado por Deus. O “verdeamarelismo”, por exemplo, é semióforo que liga Deus e natureza com o Estado.

Para finalizar esta proposição inicial, avalia-se o livro como uma grande lupa às complexidades que envolvem e circunscrevem a história da invenção Brasil. O conceito semióforo, resgatado pela autora, fornece percepções sobre os mecanismos que dão significados às coisas, aos espaços e aos patrimônios que são formados sob extremas relações de autoritarismo e que, por ora, são simbolicamente particulares aos integrantes desta dita nação.

Sociedade disciplinar e Sociedade de Controle: um misto entre invenção e reinvenção

Não é vã a apresentação de debates realizados pela filósofa Marilena Chauí na abertura deste texto, eles são condescendentes a estudos feitos por Gilles Deleuze e Felix Guatarri, filósofos que possibilitaram pensar historicamente à contemporaneidade, através da formatação de novos espaços de poder, como é o caso da sociedade de controle. Entretanto, vale ressaltar que tal hipótese fora resultante, em especial, de uma leitura deleuziana sobre a sociedade disciplinar, pesquisada por Michel Foucault.

Para Deleuze, Foucault teria criado o ser-saber (1960 – arqueologia do saber), o ser-poder (1970 – genealogia do poder) e o ser-si (1980-84 – estética da existência). Estas três fases de Foucault, ou como propõe Deleuze as três ontologias históricas, correspondem: a primeira fase que compreende à formação histórica dividida entre o enunciável e o visível, a segunda, que remete ao enunciável e o visível em suas relações com o corpo e, a última, age sobre a produção de subjetividades (CARDOSO JR., 2011, p. 18 e 19). E, mesmo Deleuze advertindo que estas máquinas sociais “[...] são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si.” (DELEUZE, 1990), opta-se pela ênfase na segunda parte da obra de Foucault, onde o autor escreve “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 1999), “A Verdade e as Formas Jurídicas” (FOUCAULT, 2001), “História da Sexualidade (Volume 1)” (FOUCAULT, 1985), além de livros que foram posteriormente publicados, sobre cursos e palestras dadas pelo filósofo.

Os próprios livros indicados acima, bem como toda a obra de Foucault, estava destinada a pensar e, sobretudo, questionar situações práticas que ligam ser humano a sua realidade social. A medicina, a saúde mental, a sexualidade, as Instituições, o corpo, as formas de poder historicamente criadas são, entre outros, elementos trabalhados pelo autor que, por sua vez, possibilitaram sua interligação com mais saberes científicos. São constantes as relações entre o trabalho do filósofo com historiadores, em especial, porque o primeiro utiliza o método de análise de documentos, bem como os situam temporalmente e espacialmente em suas pesquisas. Além do grande aporte reflexivo que auxilia no trabalho com a história do tempo presente.

Quando se trata de Instituições, o controle do corpo pode ser analisado pelos “[...] gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.” (FOUCAULT, 1979, p. 12). Desta forma, tanto Estado, fábrica, escola, presídio, como a própria família, podem ser vistos como espaços modernos onde se criam formas disciplinantes, delimitadas tanto no sentido físico quanto temporal, o que acaba por promover identidades. Segundo Roberto Machado, na genealogia do poder:

O que aparece como evidente é a existência de formas de exercício de poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e de atuação eficaz. [...] Poder este que intervêm materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (FOUCAULT, 1979, p. 11-12).

Desta forma, acredita-se que este direcionamento proporcione uma amplificação no olhar sobre o poder e suas relações microfísicas, os quais podem ser exercidos em uma sociedade, mais especificamente, na sociedade disciplinar. Visto suas características, alcançar-se-á também, a hipótese histórica de Deleuze sobre as sociedades de controle.

Para Foucault, as sociedades disciplinares nasceram no século XVIII, atingindo seu ápice no século XX. Para expressar de uma melhor forma a ideia de disciplina, Foucault utilizou o plano do *Panopticon*, de Jeremy Bentham. Um plano que unia o poder à produção de saber. De maneira geral, a sociedade disciplinar exige uma organização espacial e o controle do tempo, os indivíduos devem ser distribuídos de maneira classificatória ou hierarquizados, sendo vigiados permanentemente.

Retomando a linha de pensamento de Chauí, onde os semióforos podem ser vistos como elementos de manipulação do imaginário social, inclusive quando em situações de desordem a repressão policial é aliada à paz da população, nota-se, portanto, uma tênue relação com as características da sociedade disciplinar. Principalmente no que tange a poderes “repressivos” que são inventados e procuram, em especial, adestrar indivíduos. Roberto Machado esboça a ideia de Foucault da seguinte forma:

O que suas análises querem mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. [...] O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (1979, p. 15-16).

O próprio filósofo Machado aponta: “[...] o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica.” (1979, p. 19-20). Entretanto, com o surgimento de uma nova organização social no século XX, estas sociedades disciplinares entram em declínio e, é nesta brecha, que Deleuze apresenta a hipótese das sociedades de controle. (DELEUZE, 1992).

O fato é que, o que muda nesta nova sociedade é que o controle se torna ilimitado ao espaço que caracterizava a sociedade disciplinar. Nesta última, havia uma organização que embora possibilitassem “corpos dóceis”, sobretudo, possibilitavam a criação de indivíduos, os quais estavam submetidos a uma organização, em elo entre o saber e o poder. Diferentemente, com o esfacelamento das sociedades disciplinares no século XX, o controle que era exercido

internamente no espaço disciplinar, passa a ter novas formas de subjetivação. Como apresenta Cardoso Jr., “Ao contrário, as subjetividades são formadas por feixes de fluxos que se combinam ou se afastam em um movimento acelerado.” (2011, p. 23-24). As tecnologias midiáticas e o próprio marketing comercial (DELEUZE, 1992, p. 3), podem ser exemplos de criações sociais que acabam influenciando e desfigurando a identidade social. Estando na escola, no trabalho, em casa, na rua, ou mesmo em comemorações, mecanismos de controle estão em contato direto com o corpo, em fluxos contínuos. Cardoso Jr. complementa esta ideia dizendo que tal situação é:

[...] paradoxal. Os lugares que, na época da disciplina, se constituíam enquanto espaço de fuga e de resistência, são agora o lugar do controle. Parece que não adianta ser um nômade com relação aos espaços disciplinares, já que a própria sociedade capitalista criou um dispositivo nômade que captura a subjetividade em movimento. (2011, p 24).

No entanto, como o próprio Cardoso Jr. comenta, há uma necessidade de reformular perguntas sobre a sociedade do tempo presente, parafraseando parte de um dos títulos de seu trabalho, n’*O que estamos nos tornando?* Talvez, a captura de uma sociedade em movimento, como mostra Deleuze, pode ser realizada quando se analisa linhas de fuga ou pontos de resistência (CARDOSO, 2011, p. 24).

Festival da Cultura Paulista Tradicional: é possível resistir em meio a uma sociedade de controle?

Nascido do projeto Revelando São Paulo, também criado em 1996, o Festival da Cultura Paulista Tradicional nasceu de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Abaçaí Cultura & Arte. Sua proposta principal é revelar e valorizar a diversidade da cultura imaterial vista como tradicional, do interior do Estado de São Paulo. Na atualidade, são realizadas anualmente quatro edições do Festival, as quais se subdividem entre Serras e Águas/Atibaia, Vale do Ribeira/Iguape, Vale do Paraíba/São José dos Campos e na Capital/São Paulo. Desta forma, durante dez dias em cada um desses lugares, são expostos e comercializados artesanatos, culinária, bem como feitas apresentações de celebrações, danças e músicas, através de grupos de Folia de Reis, Congadas, Maracatu, desfiles de carros de boi, entre tantas variedades que são parte do patrimônio imaterial do interior do Estado em questão, bem como da dita nação brasileira⁶.

Neste sentido, tal festival comemorativo encaixa-se como um instrumento de mão dupla. De um lado promove um espaço disciplinar, por se tratar de um evento criado pelo Estado e que procura homogeneizar identidades, fazendo com que todas as representações de cultura popular deem uma “cara” para todo o Estado de São Paulo. A disciplina é percebida, principalmente por se tratar de uma festa, realizada em um espaço delimitado, onde as próprias secretarias de cultura dos municípios, devem inscrever seus grupos de cultura popular. O Festival da Cultura Paulista Tradicional, então, pode ser caracterizado como uma continuação de uma sociedade disciplinar, aos moldes reflexivos de Foucault.

No entanto, o controle entra em questão exatamente com rápida circulação de grupos pelo evento, o que retira a disciplina sobre um ou outro grupo. Deste modo, não há a criação de indivíduos, mas sim de “divíduos” em um processo acelerado de informações sobre o que se tem como cultura no tempo presente. Nas palavras de Deleuze, “Os indivíduos tornaram-se “divíduais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”” (DELEUZE, 1992, p. 2-3). A comemoração constituída a partir do Revelando São Paulo, portanto, pode ser encarada mais do que um semióforo autoritário (CHAUÍ, 2001), ela passa a ser uma prática social comum, remodelando os significados de culturas.

De outro lado, além do que fora apresentado acima, acredita-se que o evento promove arte ou subjetividades que resistem à morte, logo que são os grupos que aceitam ou não participar desta comemoração. E, isto quer dizer que eles vão se deslocar de seus espaços sociais, de seu tempo ritual de festas, para se reinventarem dentro de uma nova comemoração. Em entrevista concedida à Claire Parnet (1996), Deleuze fala da arte como resistência, em suas palavras:

Acho que, na base da arte, há essa idéia ou esse sentimento muito vivo, uma certa vergonha de ser homem que faz com que a arte consista em liberar a vida que o homem aprisionou. O homem não pára de aprisionar a vida, de matar a vida. A vergonha de ser homem... O artista é quem libera uma vida potente, uma vida mais do que pessoal. Não é a vida dele. [...] A arte [...] É uma liberação da vida, uma libertação da vida⁷.

Nesta premissa, entendem-se as subjetividades do grupo não só como homens que aprisionam a vida, mas como artistas que a libertam. Mesmo que sejam construídas identidades enquadradas no Festival da Cultura Paulista Tradicional, os grupos estarão lá, também, por darem sentido a esta celebração e por terem um papel ativo na criação ou na resistência. Se o ato de festejar deve ser questionado neste contexto, cabe compreender quais são os sentidos. Afinal, como diria Deleuze, criar (ou se reinventar) é resistir.

São estes dois pontos de confluência que possibilitaram a escrita deste texto. Se de um lado Chauí e Foucault contribuíram para pensar espaços delimitados, onde podem ser construídos ou inventados símbolos de poder, com os quais foram relacionados o evento estatal paulista, bem como a articulação de grupos a ele, através das suas respectivas secretarias municipais. De outro, o Festival da Cultura Paulista Tradicional, mesmo se constituindo em espaços de celebração da cultura popular, possibilita o giro e a velocidade de apresentações dos grupos, fazendo com que estes se fluam em sua unicidade, criando resistência.

Bibliografia

- CARDOSO JR, H. R. Deleuze “leitor” de Foucault: multiplicidades, ontologia, história em cofuncionamento no plano conceitual. *Cadernos da FFC*, Marília, v. 9, n. 1, 2000, p. 81-107.
- _____. Teoria das multiplicidades e conceito de inconsciente no pensamento de Gilles Deleuze. In: CARDOSO JR, H. R. (Org.). *Inconsciente e Multiplicidade: Conceito, Problemas e Práticas segundo Deleuze e Guatarri*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. Questões Filosóficas a respeito da *História do Presente*: O que estamos nos tornando?. In: *Foucault e Deleuze/Guatarri: Corpos, Instituições e Subjetividades*. In: CARDOSO JR., H. R.; LEMOS, F. C. S. (Orgs.). São Paulo: Annablume, 2011.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, 111p.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: PUC, 2001.
- _____. *História da sexualidade – vol. I (a vontade de saber)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. 19. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1999.
- HOBBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- PARNET, C. *L'abécèdaire de Gilles Deleuze* (Transcrição Integral). Paris: Vidéo Éditions Montparnasse, 1996. Disponível em: <http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>. Acesso: 07 de jan. 2014.
- SOUZA, M. de M. e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei do Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

¹ CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

² FAORO, R. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

³ HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

⁴ No livro “*Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei do Congo*”, a historiadora Marina de Mello e Souza explica que o termo “nação” era usado para identificar grupos de negros originários de uma mesma região da África e com costumes parecidos, porém, estes se tornavam distintos da sociedade na qual foram inseridos. Assim, no caso de seu estudo, o termo é visto como uma afirmação e imposição do colonizador escravista sobre seus dominados. Consultar: SOUZA, M. de M. e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei do Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 139-143.

⁵ HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

⁶ Consultar web site do Programa em: <http://revelandosaopaulo.org.br/rv/sobre-o-revelando-sao-paulo/>. Acesso: 01 out. 2014. É valido ressaltar que não pretendemos analisar minuciosamente o Programa Revelando São Paulo, bem como seus criadores e atuais responsáveis. A discussão remete aos sentidos que o espaço festivo pode vir a corroborar com as reflexões filosóficas supracitadas.

⁷ Transcrição integral da entrevista disponível em: <http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>.